

UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA POLÍTICA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS DE RONDÔNIA [1]

Marta Valéria de Lima [2]

RESUMO: Este texto discute o movimento de organização das religiões afro-brasileiras em instituições federativas, assim como a construção da identidade religiosa, política e social de Rondônia e o modo como o campo das religiões afro-brasileiras desse território foi influenciado por determinados indivíduos, sendo apresentadas as suas estratégias de inserção no cenário político e religioso local.

Palavras-Chave: Umbanda, política, Rondônia.

A Umbanda começou a se expandir no território de Rondônia quando vigorava a forma de governo conhecida por Ditadura, sob o Regime Militar. Nesse período as práticas políticas da região guardavam alguns vestígios do clientelismo, típicos do modelo coronelista do qual elas eram herdeiras e que haviam encontrado acolhimento nesse modelo de governo.

Seguindo uma tendência nacional, em meados da década de 1970, com a Abertura política e o retorno à Democracia, determinados setores sociais das classes médias de Rondônia despertaram o interesse político por uma parcela da população que até então não tinha sido considerada: os grupos de cultos afro-brasileiros. Nessa época tais grupos se constituíram em importantes nichos eleitorais. É dentro dessa condição histórica que encontramos líderes de partidos e chefes de repartições públicas se enfrentando politicamente. A religião foi um canal utilizado nas afrontas e disputas por poder e prestígio político [3].

Em 1972, ao retratar a história da Umbanda no Rio de Janeiro, Diana Brown (1985) já sinalizava para a impossibilidade de aludir à expansão da Umbanda sem colocá-la dentro dos marcos referenciais da história política da sociedade brasileira. O mesmo se pode dizer a respeito da história dessa religião em Rondônia. Os anos que compreendem as décadas de 1970 e 1980 são anos extraordinários na história desse território. Eles se caracterizam por grandes transformações políticas,

econômicas, sociais e também culturais. As religiões afro-brasileiras despontaram como locus privilegiado das mudanças, com uma intensa atividade organizacional dos agrupamentos religiosos.

De maneira geral as décadas de 1970 e de 1980 são ricas em polêmicas políticas entre os partidos do governo (ARENA/PDS) e os da oposição (MDB/PMDB). Nesse mesmo período as religiões afro-brasileiras conquistaram uma progressiva visibilidade social e política. Houve crescente importância dos umbandistas como base eleitoral, surgindo políticos que se propuseram a representá-los junto aos poderes públicos (órgãos do governo e outros) e a defendê-los dos ataques e das discriminações dos quais eles eram vítimas. As atividades de alguns políticos foram direcionadas a esse setor da sociedade originando uma poderosa máquina de propaganda dos benefícios da institucionalização dos grupos de culto e da sua unificação. Políticos da oposição foram os que tiveram maior visibilidade no seu envolvimento com a Umbanda. Repetia-se em Rondônia o mesmo fenômeno observado por cientistas sociais que pesquisavam sobre Umbanda em outras regiões do país: a inserção das religiões afro-brasileiras no horizonte da política partidária (Vergolino, 1976; Brown, 1985; Negrão e Concone, 1985).

183

No caso de Rondônia, poucos meses após as eleições municipais de 1976 e alguns meses antes das eleições estaduais de 1978, ocorreu a fundação da Federação Espírita Umbandista de Rondônia – FEUR (dois de janeiro de 1977). Essa ação foi conduzida por líderes do Movimento Democrático Brasileiro – MDB. Isso não nos parece mera casualidade. Havia um grupo social que necessitava de “proteção” porque sofria preconceitos e discriminações que frequentemente desencadeavam atos de violência física e verbal contra pessoas e espaços de culto e outro grupo que poderia oferecer-lhe tal proteção em troca de alguns “favores”.

A literatura científica sobre as federações é enfática em reconhecer que os líderes umbandistas se voltaram para a política a fim de obterem maior legitimidade para a religião, bem como em afirmar que elas cumpriram o importante papel de compor alianças com as instâncias governamentais do Estado (Silva, 1976; Gabriel, 1980; Birman, 1985; Negrão, 1996).

Diante dessas constatações, surgiram indagações que demandavam investigação. De que forma se manifestava a adesão de políticos à Umbanda em Rondônia? Quais eram os políticos mais envolvidos? Qual era o envolvimento dos umbandistas com a política? Quais foram os órgãos governamentais com os quais os umbandistas mantiveram maior grau de relacionamento? Quais foram as conquistas da Umbanda com a aproximação a tais órgão e aos seus dirigentes? Como foi o processo de aproximação da Umbanda com a Política ou dos umbandistas com os políticos? Como foi o processo de disputa política nas campanhas partidárias que tiveram a Umbanda como plataforma eleitoral? Quem disputou pleitos eleitorais? O que se ganhou e o que se perdeu? Como foi o processo de inserção política da Umbanda no sistema partidário?

Tentamos desvendar estas questões procurando respostas em periódicos de grande circulação em Rondônia. Este critério e a acessibilidade às fontes nos levaram a consultar as matérias publicadas nas décadas de 1970 a 1990 nos jornais *Alto Madeira* e *O Guaporé*. Ao fazê-lo tomamos o cuidado de examinar se houve, ou não, inter-relacionamento entre os processos de expansão da Umbanda e as atividades políticas de suas lideranças religiosas. Alguns resultados da pesquisa serão apresentados nos próximos itens.

1. ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO DA UMBANDA COM OS PODERES PÚBLICOS

De diversos modos os líderes da Umbanda procuraram aproximá-la da sociedade. Uma das estratégias utilizadas pelos grupos politicamente organizados na busca por reconhecimento e legitimação junto aos poderes públicos foi inserir na programação das suas atividades políticas e religiosas os representantes desses poderes (marcadamente o Executivo). Assim, eles estabeleciam contatos com autoridades governamentais, políticas e religiosas em nível municipal estadual e federal e as convidavam a participar dos eventos. A partir do momento em que os convites eram aceitos, iniciava-se o processo de comprometimento dos convidados com a Umbanda.

A adesão a essa religião se dava por meio da participação dos convidados nas festas promovidas pelos umbandistas; na liberação de recursos para a realização de eventos religiosos; na aprovação de projetos sociais apresentados pelos líderes da religião ou pelas instituições religiosas às quais eles eram filiados. Sobre o assunto temos notícia de projetos de fundação de escolas de 1º. Grau em terreiros de Porto Velho, ou em outros espaços físicos administrados pela FEUR [4].

Outra estratégia de inserção social da Umbanda foi a participação de líderes da Umbanda na política partidária. Neste aspecto há uma profunda interconexão entre terreiros, federações e confederações religiosas e agremiações político partidárias em nível local, regional e nacional. Essa foi uma tendência nacional. Portanto, Rondônia não ficou de fora dela, conforme veremos a seguir.

2. APROXIMAÇÕES DA UMBANDA RONDONIENSE COM A UMBANDA SULISTA

Nas décadas de 1970 e 1980 ocorreu uma intensa atividade política de aproximação dos umbandistas de Rondônia aos órgãos do governo estadual e municipal e aos grupos defensores da federalização e unificação das religiões afro-brasileiras da região amazônica e de outras regiões brasileiras. Nesse mesmo período houve um amplo processo de aproximação da Umbanda de Rondônia (e da região Norte de modo geral) com a Umbanda do Sul do Brasil.

A leitura das notícias publicadas na imprensa de Rondônia sobre o evento chamado *Encontro de Orixás* realizados das décadas de 1970 a 1990 pela FEUR despertou a nossa atenção para a rede de relações dessa Federação com notórias autoridades da Umbanda que tinham fortes relações com partidos políticos e com pessoas ligadas a governos estaduais: Jamil Rachid, Presidente da União de Tendas Espíritas Umbandistas e de Candomblé do Estado de São Paulo; Moab Caldas, Presidente do Conselho Superior de Religião da União de Umbanda do Rio Grande do Sul, Afrânio de Oliveira, Chefe de Gabinete e Relações Públicas da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e dirigente do Centro Espírita Caminheiros da Verdade, entre outros. Tal rede atendia ao propósito de firmar alguns líderes religiosos, cujos nomes seriam lançados na política partidária ou na política do

movimento religioso, como defensores dos interesses dos adeptos. Essa estratégia contribuiria para consolidar líderes das federações e confederações das religiões afro-brasileiras que pretendiam centralizar o poder decisório da religião em um órgão hierarquicamente superior e com poderes para gerenciar as suas práticas doutrinárias e ritualistas.

Desde a década de 1950, quando surgiu o movimento de unificação das religiões afro-brasileiras, apareceram várias dezenas de federações e confederações de cultos pelo Brasil. Em 1961, durante o *II Congresso Nacional de Umbanda* foi composta a *Comissão Nacional de Codificação Doutrinária e Ritual do culto de Umbanda* para promover a unificação desses cultos no país. Intensificaram-se a partir de então os esforços unificadores. Com o amadurecimento do movimento, alguns grupos julgavam que era necessário integrar os umbandistas em um só órgão, que representasse os seus interesses junto às instâncias de poder do Estado. Neste sentido, alguns líderes de cultos ansiavam por fundar uma *Igreja de Umbanda*, com um representante geral da mesma, eleito por seus pares. Entretanto, até a década de 1970 esse projeto não havia se concretizado (Negrão, 1994:92).

Nos anos 1970, por conta do processo de redemocratização do país, houve uma revitalização do movimento de unificação. Surgiram muitas federações e confederações de Umbanda. Porém, todas dispersas e frequentemente disputando prestígio e poder entre elas. Esta situação enfraquecia o movimento.

Ainda na década de 1970 alguns dirigentes de federações se destacaram e conquistaram notoriedade entre os grupos de cultos e presidentes de federações. Pouco a pouco foi crescendo o movimento em prol da integração da Umbanda. A partir de então se levantaram muitas vozes favoráveis à criação de uma Confederação Nacional de Umbanda. Esta ordenaria e normatizaria os códigos de postura, ética, ritos e doutrinas da Umbanda. A proposta era de que tal órgão viesse a ser administrado por um sacerdote/presidente, uma espécie de “Papa” da Umbanda, a cuja autoridade todas as federações e confederações estariam submetidas (Brown, 1985; Birman, 1985). Assim, alguns líderes que defendiam essa ideia iniciaram campanhas internas ao movimento para obter a adesão dos seus pares e ser eleito para tal cargo. Em contrapartida ao apoio recebido das federações, esses mesmo líderes apoiariam políticos umbandistas que se

candidatassem aos cargos públicos através de eleições partidárias. Este era o caso do Presidente da Federação Espírita e Umbandista de Rondônia, Carlos Alberto dos Santos.

A imprensa de Rondônia registrou que durante uma reunião de dirigentes de entidades estaduais de Umbanda realizada nos dias 3 e 4 de novembro de 1977, na cidade de São Paulo, Carlos Alberto dos Santos indicou o nome de Jamil Rachid *“para liderar e coordenar o movimento umbandístico em todo o Brasil”* [5]. Em 1978 e em 1984, durante o IV e o VIII Encontro dos Orixás de Rondônia, respectivamente, Jamil Rachid foi lançado com particular destaque a candidato a dirigente nacional da Umbanda. Naquela ocasião este mesmo sacerdote proferiu discursos em defesa das campanhas políticas de Carlos Alberto dos Santos (à época ele disputava uma vaga de Deputado Federal por Rondônia), conforme registrado em matérias que foram publicadas nos jornais Alto Madeira, Guaporé e Estadão.

A respeito do envolvimento dos presidentes das federações religiosas afro-brasileiras nos processos eleitorais do Brasil, com ênfase para Rondônia, são esclarecedoras as correspondências enviadas por Moab Caldas, líder religioso eleito a deputado estadual pelo Estado do Rio Grande do Sul por três vezes consecutiva na década de 1960 e o primeiro umbandista do país a ocupar cargo eletivo na esfera legislativa, à sacerdotisa Maria Pereira Pinto. Esta sacerdotisa era dirigente do terreiro *Retiro de Santa Bárbara e Santo Antônio de Lisboa*, membro do Conselho Doutrinário da Federação Espírita e Umbandista de Rondônia e esposa de Francisco Pereira Pinto, Vice-Presidente da federação. Citamos abaixo, parcialmente, o teor de uma das correspondências remetida a ela por Moab Caldas:

“Amiga e irmã Maria Pereira Pinto:

(...) estou viajando por todo Estado, em campanha, pois em 82 tornarei à minha cadeira de deputado. Fui o primeiro, do Brasil, de nossa religião. Aí em P. Velho, lancei o Carlos Alberto Melhoral, e espero que todos o ajudem, para que vença, pois é preciso. Melhoral é um grande irmão. Um notável irmão e precisa que todos o ajudem, pois como deputado fará muito pela nossa Religião e por vocês todos em particular. É uma pessoa Autêntica. (...).

*MOAB CALDAS.
Presidente do Conselho Superior de Religião
Da União de Umbanda do R. G. do Sul.
18.10.78.”*

O texto acima serve como ilustração para entender o modo como funcionavam as campanhas políticas partidárias no interior do movimento federativo da Umbanda. Por este modo de fazer política haveria uma espécie de “troca de favores”. Os líderes das federações e das confederações atuavam como “cabos eleitorais” nas campanhas partidárias entre os adeptos e simpatizantes da religião, e vice-versa, conferindo legitimidade às candidaturas desses políticos. Portanto, não foi uma mera coincidência o apoio dado pela FEUR ao líder umbandista Jamil Rachid, o qual pretendia tornar-se dirigente nacional da Umbanda.

É importante ressaltar que Jamil Rachid esteve em Rondônia diversas vezes. As informações que apuramos nos impressos indicam que ele compareceu a onze dos quatorze Encontros de Orixás promovidos pela FEUR. Ele também participou de muitos outros eventos que ocorreram noutros lugares da Amazônia e também em outras regiões do Brasil nos quais estiveram presentes líderes umbandistas de Rondônia. Os projetos políticos e sociais da FEUR tiveram importante influência dele em seus conteúdos e formas de execução.

3. A UMBANDA NA POLÍTICA ELEITORAL DE RONDÔNIA

188

Como acabamos de ver, na década de 1970 aconteceram importantes aproximações dos umbandistas à política. Dentre as candidaturas às câmaras legislativas municipal, estadual e federal dois nomes merecem ser citados: Enjolras de Araújo Veloso e Carlos Alberto dos Santos. Ambos eram umbandistas. Ambos foram fundadores da FEUR. Ambos pertenciam aos quadros do MDB. E ambos tiveram papel destacado no processo de legitimação da Umbanda em Rondônia. Destes dois políticos o que mais se destacou por sua associação com a Umbanda foi Carlos Alberto dos Santos, mais conhecido como Carlos “Melhoral” ou, simplesmente, “Melhoral”. Ao que parece, o seu envolvimento com a Umbanda foi mais intenso do que o de Enjolras de Araújo Veloso. Ou, ao menos, teve maior visibilidade social e longevidade política no campo religioso. Possivelmente isso aconteceu pelo fato dele ter sido o Presidente da Federação Umbandista de Rondônia – FEUR por mais de uma década. Por outro lado, a carreira política partidária do líder Enjolras de Araújo Veloso foi mais estável do que a de Carlos

Alberto dos Santos. A carreira de Enjolras de Araújo Veloso foi construída no mesmo partido (MDB/PMDB) e sem muitas oscilações de continuidade e de prestígio político, enquanto a de Carlos “Melhoral” sofreu várias alterações, conforme ficará evidente ao decorrer deste texto.

A investigação indicou que a carreira política de Carlos Alberto dos Santos em Rondônia foi uma exceção em termos de construção da plataforma eleitoral. Até o Segundo Milênio ele foi o único político de carreira em Rondônia que sedimentou a sua trajetória política atuando em defesa das religiões afro-brasileiras e tendo como base de campanha a defesa da Umbanda. O resultado disto foi que ele se transformou em figura emblemática junto aos adeptos do campo religioso afro-brasileiro que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, com os movimentos de organização dos *povos de terreiro* bem como uma referencia política para eles, como tivemos oportunidade de constatar em várias ocasiões de pesquisa de campo (1999-2000; 2010-2012). Considerando a importância da sua trajetória política para a história social e cultural dessa região, na próxima sessão faremos uma breve apresentação da sua carreira política.

4. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS “MELHORAL” NAS ELEIÇÕES PARTIDÁRIAS DE RONDÔNIA

De acordo com as fontes impressas já mencionadas, Carlos Alberto dos Santos, também conhecido pela alcunha de Carlos *Melhoral*, ou, simplesmente *Melhoral*, nasceu em Manaus no ano de 1935. Em sua vida adulta voltou-se para as atividades comerciais e tornou-se empresário do ramo mercantil. No final dos anos 1950 ele se iniciou na vida pública como integrante do Partido Democrata Cristão. Em 1962 candidatou-se a deputado estadual do Amazonas pela coligação Partido Democrata Cristão – PDC / Partido Trabalhista Brasileiro – PTB / Partido Liberal – PL, tendo sido eleito [6].

No ano de 1968 ele mudou-se com a família para Porto Velho, onde montou um Supermercado que recebeu o nome fantasia de *Supermercado Melhoral*, origem da alcunha pela qual se tornou conhecido em Rondônia. Ele foi dono de uma lanchonete e de uma loteria. A primeira se chamava *Lanchonete da Sorte* e a

segunda *Loteria da Sorte*. Ambas ficavam situadas no centro da cidade de Porto Velho, localizadas na Av. Sete de Setembro, sub esquina com a Rua Irmã Capelli. Ele também foi proprietário de imóveis na zona rural de Porto Velho, um dos quais o *Sítio Melhoral* onde por diversas vezes foi realizado o Encontro de Orixás de Rondônia. Segundo Teixeira (1994:72) ele foi possuidor de outros negócios e de outros bens materiais, dentre os quais navios.

No mesmo ano da sua chegada a Porto Velho (1968) ele se filiou ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB, onde permaneceu por quase quatorze anos. Durante esse período ele participou das eleições de 1978 como candidato a Deputado Federal; exerceu as funções de Secretário Regional do PMDB (1980-1981); fez parte da Comissão Executiva Regional do PMDB que indicaria o candidato do PMDB à presidência da República em 1980, quando foi escolhido a Delegado da Convenção Nacional (1980) por este partido.

Em 1981 ele saiu do PMDB para se filiar ao Partido Democrático Social – PDS assumindo o cargo de Coordenador Geral do Partido (1981). Nas eleições de 1982 ele concorreu a Deputado Estadual. Posteriormente ele concorreu ao mesmo cargo na Convenção do PDS que escolheria os candidatos para as eleições de 1984, mas foi alvo de uma acirrada oposição política dentro do partido e a candidatura foi deixada de lado. Em 1986 ele reapareceu nas eleições como candidato ao cargo de Deputado Estadual pela coligação do Partido Democrático Social - PDS com o Partido Democrata Cristão – PDC [7].

Carlos Alberto dos Santos foi maçom e também líder do movimento de unificação da Umbanda em Rondônia e na região Norte do Brasil. Ele não possuía cargo em terreiro [8], sendo apenas um adepto consumidor dos bens simbólicos e materiais dessa religião [9]. Segundo Marco Antônio Domingues Teixeira (1994:71-72) ele e a sua família eram católicos. Ele afirmou:

" (...) o Sr. Carlos Melhoral tencionava trabalhar em prol de uma Umbanda Cristã que "limitasse a prática generalizada do catimbó, pois todo mundo aqui vivia fazendo trabalho de Cemitério. Apesar de pretender uma Umbanda Branca, foi a FEUR, através dele, que introduziu o Candomblé no Estado, trazendo, na década de 1970, o carioca Wilson de Xangô, que fez vários yowôs em Porto Velho."

Em 1977, juntamente com outros membros do MDB, fundou a Federação Espírita Umbandista de Rondônia – FEUR, tendo sido eleito e reeleito seguidamente para o cargo de Presidente, no qual permaneceu até a extinção da mesma (cuja data exata até o momento não conseguimos descobrir, mas sabemos que aconteceu nos primeiros anos da década de 1990).

Com a fundação da FEUR, Carlos Alberto dos Santos se tornou figura de referência das religiões afro-brasileiras de Rondônia. As ações dele à frente dessa entidade como seu dirigente o notabilizaram, pois o seu nome adquiriu maior visibilidade e ele se transformou em uma importante liderança política dos adeptos dessas religiões na região.

A atuação política dele não se restringiu ao campo religioso. Como homem público ele também trabalhou em prol da população carente de Porto Velho idealizando e gerindo projetos sociais para oferecer serviços de educação, habitação e melhoria da urbanidade de bairros e áreas periféricas de Porto Velho. Neste sentido vale lembrar o seguinte episódio: Após o falecimento do advogado Agenor de Carvalho, que tinha sido uma das lideranças mais destacadas do MDB de Rondônia na década de 1970, Carlos Alberto dos Santos passou a ser “considerado o novo Agenor” [10] (Agenor de Carvalho foi defensor dos ocupantes das terras situadas no Bairro Nova Porto Velho, onde muitos migrantes tinham construído as suas casas em terrenos “invadidos”). Tais fatos indicam que após o desaparecimento desse líder, Carlos Alberto dos Santos se tornou, aos olhos dos grupos de desabrigados e de ocupantes ilegais de terrenos urbanos de Porto Velho, o defensor dos migrantes desassistidos pelos poderes públicos e que careciam de todo tipo de assistência social e não apenas de moradia.

A proximidade de Carlos Alberto dos Santos com a população carente de Porto Velho e com os moradores ameaçados de expulsão das áreas invadidas da cidade foi acentuada pela participação dele nas cerimônias religiosas em memória de Agenor de Carvalho que foram realizadas no dia nove de novembro de 1981, data de um ano de seu falecimento. A repórter Isa Farias, do jornal Alto Madeira, registrou o estranhamento das pessoas pela completa ausência de líderes políticos, especialmente os do PMDB, na cerimônia. Ela escreveu que apenas Carlos Alberto dos Santos compareceu às cerimônias. Não houve a presença de um padre para

conduzi-las, por este motivo elas consistiram de um ato silencioso, onde os moradores do Bairro se dirigiram à Igreja Nossa Senhora do Amparo com velas acesas. A jornalista destacou que, na ausência do padre, Carlos Alberto dirigiu um terço em homenagem ao morto [11].

No início dos anos 1990 Carlos Alberto dos Santos foi apresentado pela imprensa local como um dos precursores das Associações de Moradores de Porto Velho [12]. Na matéria *Melhorar fala do seu Programa de Trabalho* consta que ele foi o “fundador de 12 associações de bairros em Porto Velho” [13]. Algumas dessas associações são mencionadas em notícia do jornal Alto Madeira. Elas estão identificadas no trecho transcrito abaixo:

“Nesses 14 anos de Porto Velho ele sempre procurou servir a comunidade, sem medir esforços. Tanto isso é verdade, que foi ele quem criou as associações de bairros da Nova Porto Velho, Costa e Silva, Pedacinho de Chão, Embratel, Roque, Nova Floresta, Triângulo, Areal, Pedrinhas, Novo Estado e na localidade de São Carlos do Madeira. Ele também sempre se interessou pelo problema do menor carente e chegou a criar o Educandário João Paulo II, para menores carentes, mas teve de fechá-lo por falta de recursos[14].

Em 18 de novembro de 1990, os trabalhos que Carlos Alberto dos Santos desenvolveu junto às comunidades de bairros de Porto Velho o alçaram ao cargo de presidente eleito da União Municipal das Associações de Moradores – UMAM, uma associação de associações de bairros com 90 entidades filiadas. A função dessa instituição era “dirigir as associações e resolver seus problemas junto às autoridades e órgãos públicos, principalmente a Prefeitura Municipal”[15]. Quanto ao educandário citado nessa notícia, de acordo com Marco Antônio Domingues Teixeira (1994:71) ele foi fechado e as crianças redistribuídas pelos órgãos federais do Território porque Carlos Alberto dos Santos era candidato do MDB - Movimento Democrático Brasileiro - a Deputado Federal e o governador de Rondônia, que era membro do PDS, iniciou contra ele um movimento de perseguição política.

Algumas das preocupações sociais de Carlos Alberto dos Santos na qualidade de Presidente da UMAM foram publicadas no jornal Alto Madeira, em janeiro de 1991. Nela encontramos as seguintes afirmações que teriam sido feitas por ele:

“Carlos ‘Melhoral’ disse ontem que existe uma carência muito grande de programas sociais que devem ser desenvolvidos nos bairros de uma cidade, como faltam também ruas encascalhadas, escolas, atividades comunitárias e estímulo à iniciação esportiva, “o que não se faz em Porto Velho”, além de praças arborizadas”[16].

Estas informações dão uma ideia da triste realidade social de Porto Velho nos anos 1990. Mas, especialmente das condições de vida das populações dos bairros periféricos com as quais ele tinha um contato direto e contínuo [17].

Apesar da diversidade das suas atividades sociais, foi como defensor da Umbanda que Carlos Alberto dos Santos se sobressaiu e permaneceu na memória popular; e foi como o idealizador e organizador do evento denominado *Encontro de Orixás*, promovido pela FEUR, que ele se tornou uma das figuras mais destacadas e de maior preeminência na história do movimento organizacional das comunidades de terreiro e de grupos de adeptos da Umbanda de Rondônia. Segundo Marco Antônio Domingues Teixeira (1994:72), da década de 1970 à de 1980, Carlos Melhoral foi quem:

“(...) bancou a vinda de caravanas de babalorixás e yalorixás da Bahia, Belém, Pernambuco, Minas, São Paulo, rio de Janeiro, Mato Grosso, Maranhão. Com as despesas correndo por sua conta, a situação financeira sofreu uma séria crise e o empresário perdeu seus comércio e navios, restando ainda propriedades urbanas e rurais.” (Teixeira1994:72)

Deduz-se da afirmação acima que ele foi um homem empenhado na execução do projeto de unificação nacional da Umbanda. Dentre as preocupações dele como dirigente da FEUR encontrava-se a formação e educação espiritual do *povo de santo* dentro dos princípios da Umbanda e a implantação de certa “unidade” doutrinária e ritualística das religiões afro-brasileiras dentro desses princípios [18]. Ao nos aprofundarmos a respeito da história da FEUR constatamos que ele buscou legitimar-se e legitimar a ação da Federação por meio da integração da Umbanda local com a Umbanda Nacional.

Ele demonstrou ter consciência da importância da imprensa para atingir os objetivos políticos do movimento umbandista. Por este motivo, preocupou-se em divulgar as atividades da FEUR e do movimento de unificação da Umbanda

nacional, local e regional nos meios de comunicação de massa. E foi extremamente bem sucedido nisso, pois o seu nome e o nome dessa federação ficaram inscritos na memória da comunidade religiosa afro-brasileira de Rondônia e também nos documentos publicados pela imprensa deste território. O papel que Carlos Alberto dos Santos desempenhou na história das comunidades religiosas afro-brasileiras dessa região apenas pode ser comparado à importância que a memória social e coletiva atribuiu à primeira sacerdotisa de religiões de matriz africana de Rondônia, Esperança Rita da Silva. Resguardadas, evidentemente, as especificidades de suas funções e atribuições religiosas.

Os sonhos de Carlos Alberto dos Santos

As informações coletadas fazem crer que Carlos Alberto dos Santos tinha duas grandes aspirações: ser Deputado por Rondônia e fundar uma grande Umbanda. Estes dois anseios se imbricavam.

Conforme acabamos de apresentar, o seu sonho era estabelecer uma Umbanda forte e poderosa. Para isso ele colaborou ativamente com o movimento nacional de unificação da religião se dedicando a atividades que visavam construir uma grande Confederação de Umbanda com a participação de federações de todos os estados da região Norte, com Rondônia à frente da liderança. Para materializar esse anelo ele planejou unir todos os terreiros e searas de Rondônia em uma federação, a Federação Espírita e Umbandista de Rondônia. Nisso ele foi bem sucedido, como já vimos. Porém, após 12 anos de trabalho dedicado à organização política e doutrinária das religiões afro-brasileiras e ao movimento de federalização da Umbanda, Carlos Alberto dos Santos assistiu amargurado à fragmentação dessa federação e jamais chegou a ocupar cargo legislativo nas câmaras estadual e federal.

Na avaliação de Marco Antônio Domingues Teixeira (1994:74), o fracasso eleitoral deveu-se ao seguinte: “A atuação política, contrária ao regime militar que dominava o país, foi decisiva para o fracasso econômico do empresário. A sua ruína econômica, por sua vez, contribuiu para uma forte desestabilização da FEUR.”. Pode ser que ele tenha razão, mas há outro fator que não deve ser desprezado:

Carlos Alberto dos Santos/Melhoral julgava-se traído pelo povo de santo de Rondônia por não tê-lo eleito Deputado Estadual. Este fato até hoje é citado por diversos sacerdotes quando eles relembram os Encontros de Orixás. O próprio Carlos Alberto dos Santos atribuiu ao movimento federativo a causa do seu fracasso econômico, como bem registrou o historiador Marco Antônio Domingues Teixeira (1994:72) ao afirmar que ele: *“Bancou caravanas de babalorixás e ialorixás (...). Com as despesas correndo por sua conta, a situação sofreu uma série crise e o empresário perdeu seus comércio e navios, restando ainda propriedades urbanas e rural.”* Porém, nós vemos de modo distinto as derrotas de Carlos Alberto dos Santos na política eleitoreira. Na nossa análise, o que aconteceu foi que ao longo dos anos, e como parte das mudanças pelas quais a sociedade rondoniense passava se formou uma distancia entre o líder umbandista e aqueles que ele liderava. Conforme depreendemos de depoimentos orais com adeptos das religiões afro-brasileiras de Rondônia que o conheceram, essa distancia foi se ampliando à medida que ele focava os seus interesses na política partidária. E à proporção que o cidadão comum, adeptos dos cultos afro-brasileiros foi percebendo este deslocamento e se considerando manipulado, criou as suas táticas de resistência e de oposição.

Para elucidar um pouco mais o nosso ponto de vista sobre este assunto, iremos recorrer às palavras de Michel de Certeau (1995:32), quando explica por que durante as eleições sindicais os trabalhadores, ao votarem, riscam o primeiro nome da lista:

“(...) eles decapitam a organização para devolvê-la à base. Como resultado, os dirigentes veem seus nomes barrados, sem que saibam qual mão os cortou nem compreendem por quê. Aqueles que supunham dever representar e dos quais haviam feito propriedade sua se tornaram estranhos; foram embora. E é por acaso que essa partida deixa rastros. Quantos dirigentes são abandonados, decapitados em silêncio e ainda não o sabem! Seu poder funciona de modo a não se darem conta da vida secreta, das interrogações novas, das aspirações imensas cujo ruído se distancia a ponto de serem apenas objeto de temor, precauções e de táticas.”

Deste modo, consideramos, com a ajuda de Michel de Certeau (1995:33), que houve *“uma rebelião contra as instituições e as representações que se tornaram “não críveis”, o que não significa que o povo de santo de Rondônia renegou a*

Umbanda ou a importância do seu líder enquanto agente *religioso*, mas separou essa instância (a religiosa) daquela que *não aceitava* (a partidária) expressando a sua discordância por meio da recusa ao candidato de uma cadeira no poder legislativo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dissemos, a penetração da Umbanda na sociedade rondoniense nos anos 1970-1980 foi muito expressiva. O apoio de alguns políticos lhe rendeu alguns ganhos materiais[19]. Porém, não rendeu a Carlos Alberto dos Santos dividendos políticos do ponto de vista eleitoral.

Lísias Nogueira Negrão e Maria Helena Villas Boas Concone, ao estudarem as federações de cultos afro-brasileiras de São Paulo e o envolvimento político partidário da Umbanda paulista nas eleições de 1982, destacaram que candidatos a cargos eletivos do governo buscaram apoio dos umbandistas e que estas tiveram uma postura de “*malandragem*”, termo com o qual eles denominaram ao modelo clientelístico adotado pelas federações [20].

Em Rondônia não houve deslealdade de federações aos candidatos, pois existia apenas uma. Foram os dirigentes e adeptos das religiões afro-brasileiras que tiveram aquela postura. Entretanto, é importante ressaltar que a *malandragem* pode ser entendida como forma de resistência às possíveis manipulações políticas a que eram sujeitos tais eleitores. E, ademais, como cada indivíduo era livre para fazer as suas opções políticas havia divergências quanto a apoio e lealdades partidárias, o que enfraquecia a unificação dos votos dos umbandistas em torno de um determinado candidato.

Embora pouco lembradas pelo conjunto da sociedade rondoniense, consideramos a participação de Carlos Alberto dos Santos nos movimentos políticos e sociais importante para conhecermos a história de Rondônia, especialmente a história de uma parcela da sua comunidade que tradicionalmente tem sido alijada do poder e que ele sempre defendeu, conforme apareceu na sua história pessoal.

De um modo geral, a forma de atuação social de Carlos Alberto dos Santos nos idos dos anos 1980/1990 manteve-se equivalente à de políticos conservadores,

assistencialistas, que não haviam renovado as suas posturas, apesar das mudanças pelas quais passava a sociedade brasileira, e, muito mais ainda Rondônia que no mesmo período havia despontado como um novo Estado da Federação e maior polo de atração migratória do país. Tal situação promoveu alterações no ambiente político e social o que exigia dinamismo e renovação dos políticos.

É possível que aí esteja a chave para as sucessivas “derrotas” eleitorais do líder umbandista nas urnas, pois o cenário político de Rondônia se alterou profundamente após a implantação dos projetos de colonização impostos pelo governo federal à região. Estes tiveram como efeito a modernização das estruturas burocráticas, econômicas, políticas, sociais e culturais locais. Além disso, mudou o perfil dos eleitores. Portanto, o cenário político era outro. Logo, requeria novos modelos de prática política.

Mas também não podemos deixar de ressaltar que Carlos Alberto dos Santos emprestou à Umbanda o prestígio de sua condição social e colocou-o a serviço da Umbanda. Em contrapartida, colocou a Umbanda a serviço da política ao buscar apoio para os seus projetos junto ao governo, por meio do qual seriam garantidas a legitimidade e o favorecimento da Umbanda, dando-lhe destaque social. Finalmente, é importante ressaltar que por vários anos a visibilidade da Umbanda nos meios de comunicação de massa de Rondônia foi proporcional às oscilações da carreira política dele.

REFERÊNCIAS:

a) Bibliográficas

BIRMAN, Patrícia. Registrado em Cartório, com firma reconhecida. In: **Umbanda e Política**. Rio de Janeiro: ISER – Editora Marco Zero, 1985:80-121.

BROWN, Diana et alli. **Umbanda e Política**. Rio de Janeiro: ISER/Marco Zero, 1985.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995.

CONCONE, Maria Helena; NEGRÃO, Lísias Nogueira. Umbanda: da repressão à cooptação – o envolvimento político-partidário da umbanda paulista nas

- eleições de 1982. In: BROWN, Diana et al. **Umbanda e Política**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 43-79. (Cadernos ISER, p. 18).
- FURUYA, Yoschiaki. Umbandização dos cultos populares na Amazônia: a integração ao Brasil. Tradução: Ronan Alves Pereira. **Senri Ethnological Reports**, n. 1, 1994.
- GABRIEL; Chester E. **Communications of the spirits: umbanda, regional cults in Manaus and the dynamics of mediumistic trance**. Thesis (Doctor) – McGill University, 1980.
- NEGRÃO, Lísias. **Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996; 2) **Cadernos do Iser: Umbanda e Política**. Rio de Janeiro: ISER – Editora Marco Zero, 1985:80-121.
- _____. **Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- SILVA, Anaíza Vergulino e. **O Tambor das Flores**. Universidade Federal de Campinas-UNICAMP, 1976. Dissertação de Mestrado em Antropologia.
- TEIXEIRA, Marco Antônio. A macumba em Porto Velho. In: **Compendio da história e cultura de Rondônia**. Vol. 2. Porto Velho: FUNCER, Set/1994. p. 47-75.

b) Impressas

- Umbandistas iniciam amanhã o encontro. **Alto Madeira**, 9 de julho de 1977, p. 1. Ano LX – Nº 12.741.
- Jamil Rachid, líder da Umbanda. **Alto Madeira**. Porto Velho, 20 nov. 1977. p. 3.
- Coluna Umbandista: Atividades da Federação. **O Guaporé**. Porto Velho, 26 fev. 1981. p. 8.
- “Melhoral” quer dinamizar Umam. **Alto Madeira**. Porto Velho, 27 e 28 de janeiro de 1991, p.8. Ano LXXIII – Nº 20.783
- PMDB esqueceu dia da morte de Agenor. **Alto Madeira**. Porto Velho. 11 nov. 1991. p. 3.
- “Melhoral” quer dinamizar Umam. **Alto Madeira**. Porto Velho .27 e 28 jan. 1991. p.8.

NOTAS

[1] Este texto apresenta alguns resultados empíricos do Projeto de Doutorado *História e religiões afro-brasileiras de Rondônia: inserção, expansão e transformações de práticas rituais e religiosas (1911-2009)*, o qual está sendo desenvolvido no Programa de Mestrado e Doutorado História da América Latina da Universidade Pablo de Olavide - Sevilha (Espanha).

[2] Doutoranda em História pela Universidad Pablo de Olavide (Espanha). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

[3] Melhoral fala do seu Programa de Trabalho. *Alto Madeira*. Porto Velho, 31 ago. 1981. p. 8.

[4] Mais de 3 mil pessoas na Festa dos Orixás. *Alto Madeira*. Porto Velho, 14 jul. 1981. p. 1.

[5] Jamil Rachid, líder da Umbanda. *Alto Madeira*. Porto Velho, 20 nov. 1977. p. 3.

[6] *Melhoral fala do seu Programa de Trabalho*. *Alto Madeira*, 31 de agosto de 1981, p. 8. Ano LXV – Nº 14.110.

[7] Os dados apresentados foram extraídos dos jornais locais. Portanto, estão sujeitos a imprecisões. É possível que Carlos Alberto dos Santos tenha exercido outras funções administrativas e políticas nos partidos aos quais foi filiado, assim como que ele tenha ocupado por muito mais tempo.

[8] O jornal *Alto Madeira*, em notícia publicada no dia 9 de julho de 1977, o qualificou como “um entusiasta do movimento no território”. Fonte: *Umbandistas iniciam amanhã o encontro*. *Alto Madeira*, 9 de julho de 1977, p. 1. Ano LX – Nº 12.741.

[9] Neste aspecto ele repete um processo histórico que já havia sido constatado pela pesquisadora Anaíza Vergolino e Silva (1976) ao retratar as características das lideranças da Federação Espírita e Umbandistas do Pará.

[10] *PMDB esqueceu dia da morte de Agenor*. *Alto Madeira*. Porto Velho, 11 de novembro de 1991, p. 3. Ano LXIV – Nº 13. 883.

[11] Agenor de Carvalho foi membro do MDB, e, no ano do seu assassinato ele exercia o cargo de Secretário Regional do Partido (1980).

[12] “*Melhoral quer dinamizar Umam*”. *Alto Madeira*. Porto Velho, 27 e 28 de janeiro de 1991, p.8. Ano LXXIII – Nº 20.783.

[13] Idem.

[14] Idem anterior.

[15] “*Melhoral quer dinamizar Umam*”. *Alto Madeira*, 27 e 28 de janeiro de 1991, p.8. Ano LXXIII – Nº 20.783.

[16] Idem.

[17] Marco Antônio Domingues Teixeira (1994:73), afirma que Carlos Alberto dos Santos fez parte da Comissão de controle Médico e Higiênico do Estado, por nomeação do Governador, mas foi alvo de barreiras e preconceitos por ser identificado como umbandista.

[18] Umbanda: Coluna sob responsabilidade da FEUR. *Alto Madeira*. Porto Velho, 25 ago. 1977. p. 3.

[19] Um dos ganhos: em 1981 durante o V Encontro dos Orixás de Rondônia o Governador Jorge Teixeira foi homenageado pela Federação Espírita Umbandista de Rondônia – FEUR por ter doado o terreno da Sede da entidade e por ter colaborado com o desenvolvimento da mesma, conforme citado pelo jornal *Alto Madeira*, em edição do dia 23 de junho de 1981, p.3.

[20] NEGRÃO, Lísias Nogueira e CONCONE, Maria Helena Villas Boas. *Umbanda: da repressão à cooptação. O envolvimento político-partidário da umbanda paulista nas eleições de 1982*. In: *Umbanda e Política*. Rio de Janeiro: ISER – Editora Marco Zero, 1985:79.